



“A justiça está a ficar longe dos cidadãos”

Share



Sexta, 25 de Janeiro de 2013

por [João Valadão](#)

Realizou-se hoje, 25, no auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC,) uma conferência intitulada “O que seria uma revolução democrática da justiça?”. Proferida por Boaventura de Sousa Santos, a génese da aplicação da justiça e as possibilidades de reforma estiveram na ordem do dia

Foi perante um auditório cheio que o diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), Boaventura de Sousa Santos, se propôs a debater a justiça portuguesa e a necessidade de uma reforma de modo a responder aos problemas socioeconómicos que o país atravessa.

A partir do princípio de que a justiça precisa de uma forte agenda estratégica, o orador explanou a problemática da aplicação da justiça junto dos cidadãos e a forma como esta deveria ser de alicerce às suas reivindicações. Depois de uma contextualização e de uma passagem pela luta dos direitos das classes durante o século XX, Boaventura de Sousa Santos afirma que se chegou a um tempo em que “a reivindicação de direitos é muito mais forte”.

O professor jubilado da FEUC ressalva que “as políticas sociais provêm dos impostos, parte dos lucros têm que ir para a tributação” e que “não é possível termos um Estado Social sem uma tributação progressiva”. Boaventura de Sousa Santos falou também na “demonização” da tributação, na procura da diminuição dos impostos e na valorização do crédito. “O Estado pode controlar a tributação, o crédito depende dos credores”, acrescenta.

Em matéria de direito, a conferência incidiu também na proteção da Constituição face aos grupos económicos e na forma como as leis ordinárias destroem as constituições progressistas. Na sua abordagem ao conceito de justiça, o orador relembra a visão de trabalho da ‘troika’ em Portugal, que se foca unicamente na gestão da economia e despreza o plano social. “Queremos eficiência num sentido amplo”, sustenta o professor catedrático, em alusão ao que chama de “tradição da pilhagem do direito”. O académico frisou ainda a importância de uma democracia participativa na reforça democrática do Estado, “a democracia representativa já não tem força para garantir direitos”, concluiu.

Por outro lado, Boaventura de Sousa Santos alertou que “o grave das crises, principalmente para a juventude portuguesa, é que não podem pensar para além do amanhã”. Com boa disposição o académico alertou para a emergência de novos direitos, como o direito à terra e água e relembra que vivemos também uma preocupante crise ecológica, mas que “com a crise já ninguém fala de ecologia”.

Ao debruçar-se na aplicação da justiça, o diretor do CES refere que “é possível desburocratizar [a justiça], sem o atropelo de direitos”. No que apelida por uma fase de retrocesso, este lamentou a “cara” justiça em Portugal e defendeu que, sem poder ser idealmente gratuita, seja mais barata. Na sua opinião sobre a formação de magistrados, Boaventura de Sousa Santos lembra que “a justiça está a ficar longe dos cidadãos” e adverte que o magistrado tem que ter “sensibilidade social”.

Organizada pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ), do CES da Universidade de Coimbra, a conferência incluiu-se num ciclo que se realiza no âmbito do Programa de Doutoramento “Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI” e do Curso de Especialização em Gestão e Organização da Justiça. As conferências decorrem até junho de 2013 e têm como objetivo central promover a reflexão e debate em torno das reformas da justiça.

Primeira Página



Edição de 2012-12-18

Debates - minuto a minuto



Divulgação



Publicidade



Publicidade